

nas) o que é construído ou tido como próprio das mulheres, mas também o que caracteriza socialmente os homens (Les Monan: «Sexualidade masculina, masculinidade e o Direito»).

Aspecto interessante desta reunião, como aliás já acontecera em Coimbra, foi a presença de (e debate entre) práticos do Direito, o que permitiu ir além do horizonte estritamente universitário. Isto foi aliás acentuado pelo facto de se contarem, na formação e discussão dos e das participantes, perspectivas teóricas e experiências práticas muito diversas. Estratégias feministas na advocacia, problemas ligados ao ensino do Direito e feminismo, questões metodológicas de investigação foram algumas das discussões que pairaram nas salas do Instituto.

Acontecimentos políticos recentes foram também objecto de reflexão, como a irónica substituição, por parte do então novo governo francês de direita, do «Ministério dos Direitos da Mulher» por «Ministério dos Direitos do Homem». Um *trocadilho* cheio de virtualidades poéticas...

Curiosa e interessantemente, estas aparentes riquezas e variedade das discussões e temas foram contestadas na reunião plenária final de avaliação por parte de algumas participantes, que entenderam que o que fora discutido era, afinal, apenas os problemas das mulheres europeias da classe média. Tinham-se esquecido, afinal, os graves e quantas vezes dramáticas condições de vida que afligem a maioria da população feminina mundial. Nem o epíteto de «europeia» valerá, naturalmente, de defesa contra a acusação de etno- (e não só) -centrismo.

Continuando a «tradição» inaugurada no ano anterior em Coimbra, o programa «social» foi rico e interessante, com leituras de poesia e espectáculos de *cabaret* especialmente preparados. Uma brochura com resumos das comunicações foi distribuída, dela constando uma pequena introdução sobre a Conferência Europeia e os seus objectivos.

Foi decidido que a próxima conferência anual terá lugar em Paris, de 9 a 11 de Abril de 1987, subordinada ao tema: «Ordre légal et ordre privé». ■

Teresa Pizarro Beleza

III Congresso de Medicina Popular (Vilar de Perdizes, 4-7 de Setembro de 1986)

Pouco habituados a debater a realidade social fora do seu próprio espaço, não é sem alguma perplexidade que os cientistas sociais se vêem a participar num encontro que congrega à volta de um mesmo tema gente com preocupações tão diferentes, realizado num meio estranho e onde o discurso científico não é hegemónico. E, no entanto, esta confluência de discursos díspares sobre a medicina popular (os discursos das diferentes ciências sociais, o discurso técnico das profissões da saúde, o discurso prático dos agentes da medicina popular, o discurso empenhado dos divulgadores das medicinas alternativas, o discurso crítico religioso, o discurso utópico da consciência ecológica, etc.) se, por um lado, possibilita um alargamento riquíssimo do campo de observação, ela permite sobretudo levantar algumas questões importantes.

Desde logo, a origem e eficácia do conhecimento popular permite questionar o próprio conhecimento científico. É importante reconhecer que o saber médico-popular, para lá do carácter prático e local da sua produção, da simplicidade e imediatismo das suas fórmulas e do carácter mágico-religioso das referências que utiliza — tudo aspectos que dão dele a marca de um conhecimento vulgar e até misticizador —, possui algumas virtudes quando comparado com os padrões da ciência moderna, nomeadamente ao ser capaz de harmonizar o universo cognitivo com a prática quotidiana dos indivíduos e ao ter como referência o homem na sua totalidade, quantitativa e qualitativa, ser individual e ser comunitário, sujeito e objecto de conhecimento. Contém, assim, tal como outras formas de conhecimento prático, uma «dimensão utópica» (como refere B. Sousa Santos a propósito de todo o conhecimento prático) no sentido em que, numa fase de transição da ciência, pode apontar para um modelo de racionalidade mais plural e fundamentador de uma nova relação do homem com o mundo.

Um segundo motivo de reflexão proporcionado por este encontro consistiu na questão do âmbito da medicina popular. Reconhece-se a existência de uma pluralidade de formas de saber médico popular e também que essa diversidade se fica a

dever, em parte, à sua penetração ao longo dos tempos por elementos de um saber de elite. O que importa agora é distinguir estas de outras formas de conhecimento médico igualmente não oficial que aos poucos têm vindo a ganhar espaço nestes encontros e que, diferentemente das medicinas populares não podem em rigor ser consideradas manifestações de cultura popular. Nuns casos trata-se de formas de conhecimento que reivindicam a sua cientificidade fundamentalmente na base dos mesmos critérios de validação do conhecimento que utiliza a ciência moderna (homeopatia, acupuntura, etc.), noutros casos trata-se de meras competências práticas que pretendem legitimar-se pela sua eficácia comparativamente às terapias da medicina oficial. Sublinhe-se, de passagem, a importância de manter um espaço totalmente aberto para que possam sujeitar-se a debate estas formas de conhecimento médico. É quase inevitável que, vivendo numa situação de semiclandestinidade, os seus cultores tenham a oportunidade de se aproveitarem livremente para propagandear as virtudes da sua «ciência», com prejuízo da ideia principal que preside aos encontros de avaliar a contribuição da medicina popular para a melhoria dos conhecimentos sobre a doença e a cura. Apesar disso apoiamos o entendimento amplo, que tem havido, no sentido de incluir no debate todas as manifestações das culturas médicas não dominantes, até pela razão de que em muitos casos o aparente refinamento do discurso mal encobre a raiz antiga e popular do novo saber.

Uma terceira questão que se levantou a propósito deste e dos congressos anteriores foi a da dificuldade em distinguir, na ausência de critérios seguros e universais de validação dos saberes, entre conhecimento autêntico e conhecimento mistificador. Como distinguir, por exemplo, entre a ignorância do charlatão e a sabedoria discreta de um ervanário? O problema se posto em termos éticos não diz respeito ao cientista social, enquanto tal. Mas se se tiver em conta que a legitimação social das competências se faz fundamentalmente a partir de um critério de eficácia, então talvez se possa esperar dele que explique a eficácia real do

conhecimento mistificador naqueles casos em que a ignorância a nível da competência médica é mais que compensada por um conhecimento espontâneo de tipo psicológico acerca dos comportamentos mórbidos.

Estas e outras questões levaram à constituição, pela primeira vez, de uma secção do congresso encarregada especificamente de debater os aspectos antropológicos e sociológicos das práticas de medicina popular. Dentre os temas abordados referiremos nomeadamente: «a pluralidade das medicinas populares e a sua relação com outras formas de conhecimento médico», «os contextos sociais e culturais da produção do saber médico popular», «as representações sobre o corpo, a doença e os agentes da cura» e «os especialistas médicos populares e os recursos materiais e simbólicos das suas práticas».

Duas outras secções funcionaram ainda este ano: uma sobre «Medicina Popular e Cuidados de Saúde Primários» — que concluiu pela necessidade de evoluir para uma nova atitude dos profissionais da saúde de grande abertura perante os valores e cultura da comunidade e nomeadamente perante as formas de conhecimento médico popular —, e a outra sobre «Plantas Medicinais» cujas conclusões apontam para a urgência de preservar o que ainda resta do património genético e cultural que as plantas medicinais e a flora, em geral, representam.

Temos a consciência de que a importância e a actualidade das questões da saúde em Portugal justificariam uma maior intervenção dos cientistas sociais nesta área. Pela nossa parte, a RCCS continuará a apoiar a realização dos Congressos de Medicina Popular (em Vilar de Perdizes ou em outros locais onde exista a mesma estrutura aberta e o mesmo dinamismo) e anuncia desde já a preparação de um número especial sobre «Medicina e Saúde em Portugal», a sair em meados do próximo ano, cobrindo os temas «O Estado português e as políticas de saúde», «As profissões da saúde», «Os saberes e as representações» e «Os novos mitos sobre a saúde». ■

Pedro Hespanha